

Cenários Brasil

15 DE FEVEREIRO DE 2023

- A Polícia Federal ainda está cumprindo mandados de prisão de suspeitos de envolvimento nos atos de vandalismo de 08 de Janeiro em Brasília em cinco estados;
- Crise de Saúde da população Yanomami causada por mineração ilegal e desmatamento;
- Presidente Lula e Presidente Biden se encontraram em Washington com foco em mudança climática e sustentabilidade;
- Presidente do Banco Central (BACEN), indicado durante o Governo Bolsonaro, e Lula têm discussões públicas em relação à taxa de juros e inflação;

POLÍTICA

Um mês após as invasões e vandalismo em Brasília

No dia 8 de Fevereiro completou um mês das invasões em Brasília. Ao longo desses 30 dias atores da esfera pública, privada e membros da comunidade internacional manifestaram apoio a democracia brasileira.

- ▶ O governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha, encaminhou um pedido ao ministro do Superior Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, para revogar a decisão que o afastou do ofício por 90 dias. Sua defesa afirma que as evidências levantadas contra ele são insuficientes para comprovar sua participação nos atos antidemocráticos, entretanto a opinião pública continua criticando a gestão de Ibaneis durante a crise em Brasília.
- ▶ Flavio Dino, Ministro da Justiça, formulou o Pacote da Democracia, que intensifica penas de crimes antidemocráticos e cria a Guarda Nacional Permanente para policiamento da Esplanada dos Ministérios. Composto por quatro projetos, sendo uma Proposta de Emenda a Constituição (PEC), uma Medida Provisória (MP) e dois Projetos de Lei (PL), que ainda serão trabalhados dentro do próprio governo, antes de serem enviadas para avaliação do Congresso, onde devem sofrer alterações e necessitam de alta adesão para serem aprovadas.



Fonte: G1 – 11 de janeiro de 2023.

- ▶ A Advocacia-Geral da União (AGU) apresentou à Justiça Federal do Distrito Federal o primeiro pedido de condenação definitiva para os responsáveis pelo financiamento das invasões. Ao todo, o pedido aponta 54 pessoas, 3 empresas e 1 sindicato e solicita que os envolvidos paguem R\$ 20,7 milhões para cobrir parte do prejuízo causado aos prédios e acervo público.

Crise Humanitária na Terra Indígena Yanomami

Povos indígenas Yanomami foram encontrados com desnutrição grave, malária e outras doenças. A Terra Indígena Yanomami foi demarcada pelo Governo Federal em 1992 e está localizada ao norte da floresta tropical amazônica, com cerca de 192.000 quilômetros quadrados, junto à fronteira Brasil-Venezuela. A terra, que se sobrepõe aos estados de Roraima e Amazonas, é conhecida pelo garimpo ilegal de ouro e cassiterita e, desde a sua demarcação, as autoridades têm tentado parar essas atividades não só devido ao aumento da violência, mas também devido aos danos ambientais causados.



Fonte: *Correio Braziliense* – 21 de Janeiro de 2023.

Nos últimos anos, as políticas de proteção ambiental, e as instituições responsáveis pelo combate ao garimpo ilegal foram enfraquecidas. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), viu o seu orçamento reduzido em 30% de 2019 a 2020 e o orçamento do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) foi reduzido em 32,7% durante o mesmo período. Em 2021, o orçamento global do Departamento do Ambiente estava no seu nível mais baixo desde 2010.

O atual Ministério da Saúde fez um relatório declarando uma Emergência de Saúde Pública de

Preocupação Nacional em terras Yanomami. Este relatório surge após o Presidente Lula ter visitado o estado de Roraima, onde esteve com os líderes Yanomami. Como resultado da reunião, foi estabelecida uma grande operação com os Ministérios da Saúde, Justiça, Povos Indígenas, Defesa e Assistência Social, bem como com as Forças Armadas e a Polícia Federal. É importante notar que, o atual governo criou o Ministério dos Povos Indígenas dirigido por Sônia Guajajara (PSOL) e uma secretaria de Saúde Indígena no Ministério da Saúde dirigido por Ricardo Weibe Tapeba.

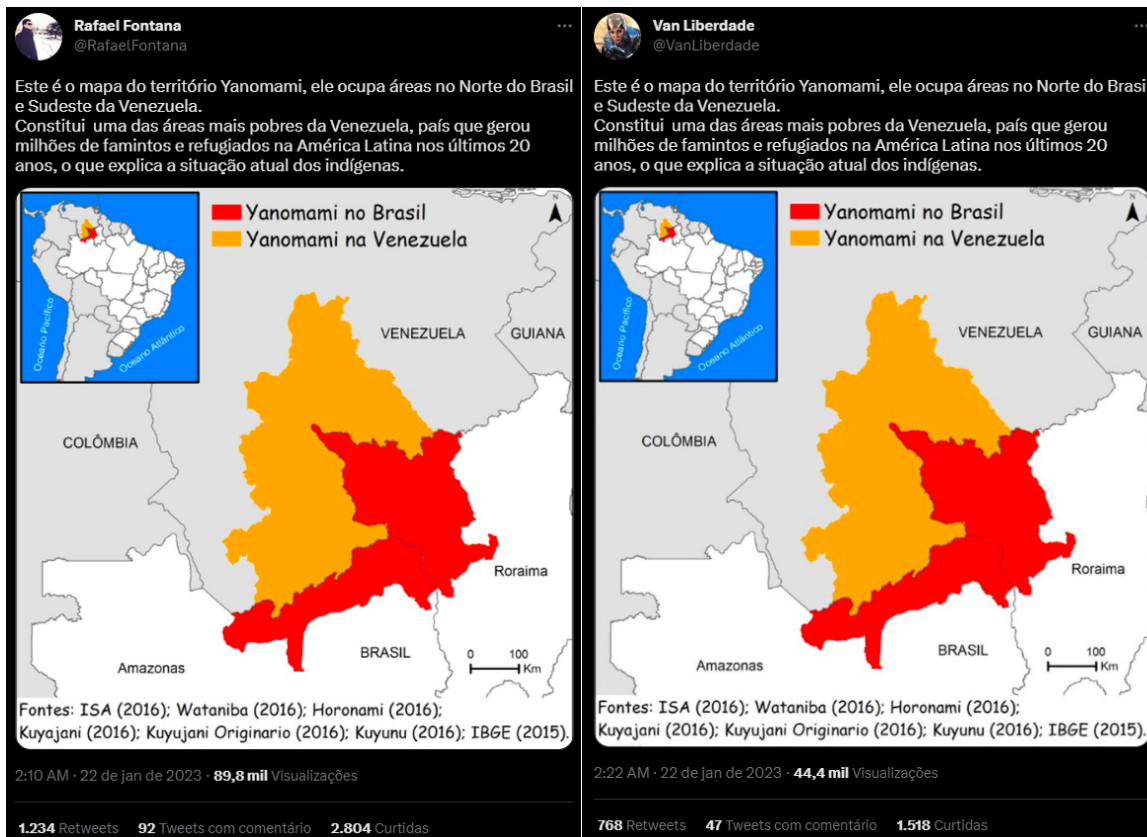
Esta operação está aumentando a proteção da terra Yanomami, com - num primeiro passo - a destruição maciça das máquinas utilizadas para o garimpo ilegal, bem como a remoção dos garimpeiros e a construção de maior infraestrutura de assistência sanitária, considerando que muitas crianças Yanomami enfrentam a desnutrição e um aumento das infecções por malária.

Repercussão nas Mídias Sociais

No Twitter, usuários culpam o governo Bolsonaro pela crise, enquanto parlamentares criticaram o ex-presidente por ações que enfraqueceram políticas ambientais e permitiram o fortalecimento do garimpo na área da reserva indígena.

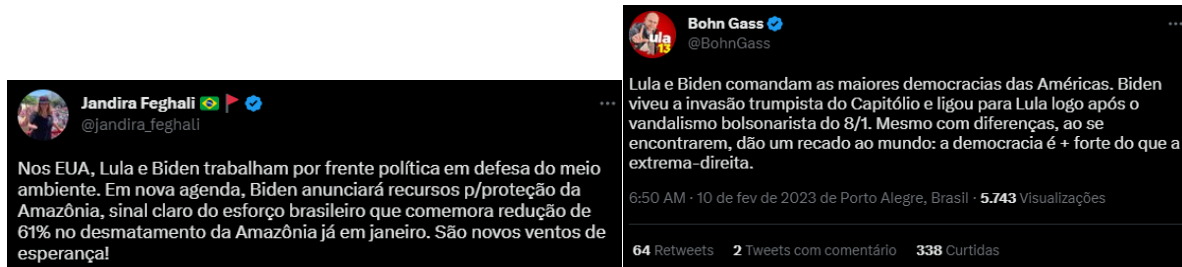


Já os partidários de Bolsonaro vincularam a crise ao governo venezuelano, já que partes do território Yanomami estão na Venezuela. Essa desinformação foi espalhada via WhatsApp e Telegram e amplificada por influenciadores de direita.

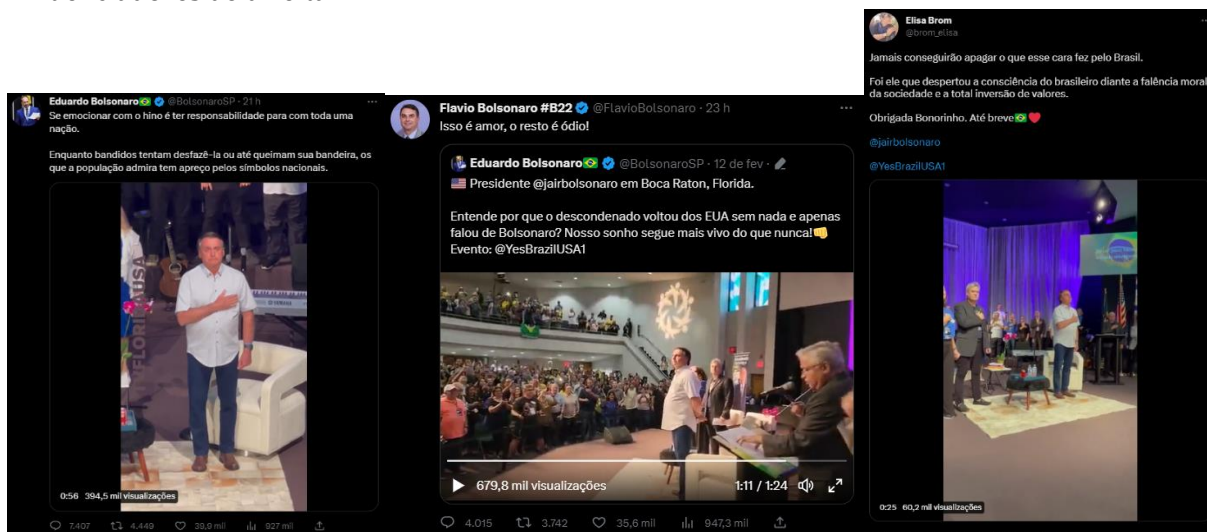


Houve um aumento no volume de buscas no Google por “Yanomami” e “garimpo” (garimpo) após a visita do presidente Lula à reserva Yanomami. Os usuários também realizaram buscas relacionando o termo “Yanomami” a “Bolsonaro”, “Lula” e “Venezuela”, bem como relacionando o termo “garimpo” a “Yanomami”.

Também foram feitas buscas sobre a origem dos Yanomami e onde vivem, o que pode indicar um desconhecimento da população sobre as nações indígenas e seu modo de vida.



No entanto, também houve críticas à visita no Twitter. O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), filhos do ex-presidente, criticaram a visita de Lula aos EUA e compartilharam um vídeo de uma visita de Bolsonaro a uma igreja nos EUA, organizada por brasileiros expatriados na Flórida. O mesmo vídeo foi compartilhado por outros políticos e influenciadores de direita.



Podemos notar que a polarização nas redes sociais entre os apoiadores de Lula e de Bolsonaro continua, apesar do fim das eleições. Depois de ficar sem publicar frequentemente nos meses seguintes ao resultado da eleição, Bolsonaro começa a reaparecer através do perfil dele e de seus filhos.

ECONOMIA

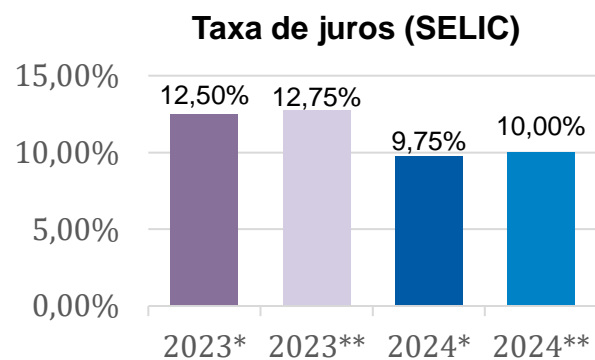
Principais Indicadores Econômicos

Inflação (IPCA)

O índice de inflação (IPCA) medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) subiu 0,53% em janeiro, pressionado principalmente pelo aumento no preço dos alimentos. É o quarto mês seguido de alta. Considerando os últimos 12 meses, o indicador acumula alta de 5,77%, acima da meta de inflação estabelecida para o ano que tem um limite máximo de 4,75%. O governo Lula discute a possibilidade de ampliar este limite, o que supostamente permitiria uma redução na taxa de juros.

Taxa de Juros

A taxa básica de juros (SELIC) estimada para 2023 aumentou de 12,50% para 12,75%, de acordo com o último boletim Focus publicado pelo Banco Central. Para o próximo ano, a expectativa também aponta para a mesma direção: crescimento de 9,75% para 10,00%. O presidente Lula tem feito críticas às taxas de juros do país, afirmando que é uma “vergonha” e que não existe nenhuma justificativa para os níveis atuais.



*Projeções de crescimento do PIB divulgadas pelo Banco Central do Brasil no Relatório Focus de 13 de janeiro de 2023.

O debate sobre a independência do Banco Central

O presidente Lula tem questionado a independência do Banco do Brasil, chegando até mesmo a insinuar a revisão de seu status. O problema, de acordo com ele, não é o fato de o Banco Central ser uma instituição independente, mas o que ele tem chamado de “cultura de viver com juros altos” que não combina com a necessidade de investimento do país.

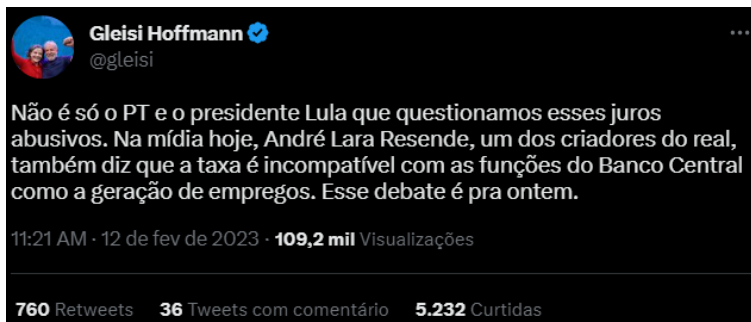
Considerando o cenário econômico atual, o Banco Central tem buscado implementar uma política monetária para se aproximar da meta de inflação estabelecida, utilizando a taxa de juros para controlar os preços. No Brasil, o papel do Banco Central é garantir que o limite máximo estabelecido para a inflação não seja ultrapassado, e para tal, sua autonomia é garantida por uma lei recentemente aprovada em fevereiro de 2021. Em caso de não cumprimento da meta de inflação estabelecida, a lei exige que o presidente do Banco Central justifique o ocorrido.

Vale ressaltar que o conflito entre as autoridades também pode ter um aspecto político, considerando que Campos Neto, atual presidente do Banco Central, foi designado durante o governo Bolsonaro, e o seu mandato termina somente em 2024. Para ser substituído, ele mesmo precisaria renunciar.

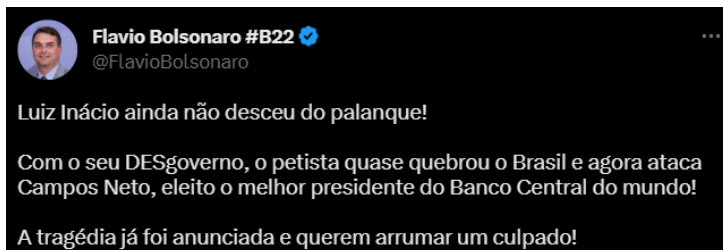
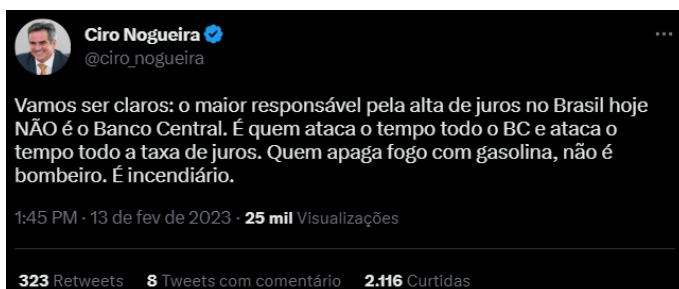
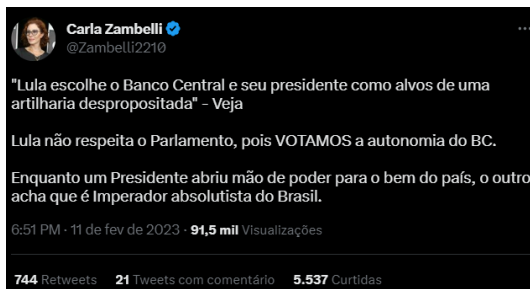
No entanto, Campos Neto tem declarado o seu desejo de trabalhar com o novo governo e debater a meta de inflação. Ao ser entrevistado no último dia 13 de fevereiro por um reconhecido canal de TV, ele sinalizou positivamente sobre o avanço da Reforma Tributária e sobre sua relação com os Ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento), que também fazem parte do Comitê de Política Monetária (COPOM).

Repercussão nas Mídias Sociais

A questão também foi discutida no Twitter. No dia 13 de fevereiro, o economista André Lara Resende criticou a atual taxa de juros brasileira. Seu nome esteve nos *trending topics* do microblog ao longo do dia e suas falas foram compartilhadas por integrantes do PT.



Os comentários recorrentes de Lula sobre a autonomia do Banco Central e as taxas de juros também atraíram críticas a Lula por parte de membros da oposição.



A questão provavelmente causará mais controvérsia nas próximas semanas, com membros da oposição usando-a para atingir o governo Lula. Será interessante observar como os apoiadores de Simone Tebet, que outrora foi apoiadora de Bolsonaro, em seguida foi candidata da terceira via e posteriormente se tornou apoiadora da campanha de Lula, se pronunciarão nas redes. Ela é ministra do Planejamento e participa do COPOM com Fernando Haddad (Ministro da Fazenda) e Campos Neto (BACEN).